

SALVAÇÃO PELA EDUCAÇÃO: O PROCESSO EDUCATIVO EM RIO GRANDE.

SALVATION THROUGH EDUCATION: THE EDUCATIVE PROCESS IN THE CITY OF RIO GRANDE

Marcele da Silva Fernandes.¹

Olívia Pereira Tavares.²

RESUMO

A partir de documentos oficiais do Arquivo municipal do Rio Grande, juntamente com autores que analisem o cenário educativo no ano de 1930, o presente trabalho visa demonstrar os aspectos marcantes no método educativo aplicado na cidade do Rio Grande, bem como a situação de algumas escolas na época supracitada. Os documentos elencados para a pesquisa foram, principalmente, os referentes às inspeções municipais. O objetivo desse trabalho é realizar uma reflexão a cerca do processo educativo municipal da época, para compreender a evolução, a estagnação ou os retrocessos da educação.

PALAVRAS-CHAVE: Educação, Rio Grande, Inspetoria.

ABSTRACT

From official documents of the Municipal Archive of Rio Grande, along with authors who analyze the educational scenario of the year 1930, the present work aims to demonstrate the remarkable aspects of the educational method applied in the city of Rio Grande, as well as the situations of some schools of the period mentioned above. The documents listed for the research were, mainly, those related to municipal inspections. The objective of this work is to accomplish a reflection about the municipal educative process of the period to understand the evolution, stagnation or regression of the education.

¹ Acadêmica da Universidade Federal do Rio Grande, orientanda do professor Msc. Gerson Fraga.

² Acadêmica da Universidade Federal do Rio Grande, orientanda do professor Msc. Gerson Fraga.

KEYWORDS: Education, Rio Grande, Inspectorate

Do ponto de vista educacional, o pós 1889, vai perpetuar a estrutura educacional que existia durante o regime monárquico. No entanto, a preocupação com a educação intensificou-se já no fim do Império. A Constituição republicana de 1891 vai evidenciar tais preocupações. No entanto, estas se restringem ao ensino secundário e superior, deixando o ensino primário sob responsabilidade dos Estados. Conforme Romanelli:

A Constituição da República de 1891, que instituiu o sistema federativo de governo, consagrou também a descentralização do ensino, ou melhor, a dualidade de sistemas, já que, pelo seu artigo 35, itens 3º e 4º, ela reservou à União o direito de 'criar instituições de ensino superior e secundário nos Estados' e 'prover a instrução secundária no Distrito Federal', o que, conseqüentemente, delegava aos Estados competência para prover e legislar sobre a educação primária." (ROMANELLI, 1986:41).

A partir da leitura do trecho acima é possível perceber como fica dividida as responsabilidades dos governos, cabendo ao governo da União apenas a educação das classes socialmente favorecidas, mantendo a massa da população a margem da educação, dando continuidade da estrutura educacional do período imperial. Porém há uma diferença: o “fervor ideológico”³ causado pela instauração da República, acarretando uma série de reivindicações. Essas tinham por objetivo a desvinculação da República das instituições imperiais. Buscavam basear a República em novas bases. A educação era vista nesse momento como um meio de mudança social e, a fundamental para isso, era o ensino primário.

Para participação política no Brasil, conforme a Constituição republicana brasileira vigente era necessária ser alfabetizado para ser cidadão. Assim, mesmo que apenas teoricamente, a educação seria o primeiro passo para equilibrar o poder entre as oligarquias, que estavam no poder desde a instauração da República, e o restante da população. Seria a salvação política das massas: a educação.

O objetivo do presente trabalho é analisar como era a estrutura escolar de Rio Grande, município do Rio grande do Sul, em 1930, através de um estudo dos aspectos educativos da sociedade brasileira e de documentos de Inspeção escolar, encontrados no Arquivo Municipal da referida cidade. Assim, a partir de tais documentos, fixar a análise dos moldes da educação na cidade do Rio grande.

³ Termo utilizado por Jorge Nagle.

O contexto histórico brasileiro, no âmbito educacional nos remete a mudanças a partir já nos primeiros anos da República refletidas nas reivindicações de transformação da educação. Conforme Nagle:

A partir de 1915 surpreende-se uma ampla campanha e uma multiplicidade de realizações configurando um novo momento significativo: o do entusiasmo pela educação. São idéias e soluções oferecidos. Há aqui uma parcela que se liga ao fervor ideológico do final do Império; mas, agora, este é manifestado pelos próprios republicanos desiludidos com a República existente, República que procuravam redimir. Trata-se de um movimento de “republicanização” da República pela difusão do processo educacional – movimento tipicamente estadual, de matiz nacionalista e principalmente voltado para a escola primária, a escola popular.”(NAGLE, 1997:262)

O texto supracitado de autoria de Nagle nos propicia o entendimento das reivindicações pela educação na cidade do Rio Grande, em 1930: muito mais que uma questão de redimir a República brasileira, que conservava estruturas do período imperial, mas um ideal pela educação que acaba se impregnando na mentalidade da população.

A Inspeção das Escolas Municipais era responsável por vistoriar diversos aspectos no âmbito educacional desde a estrutura escolar, o corpo docente – principalmente, a frequência de professores e a metodologia empregada em sala de aula – frequência dos alunos e higiene.

Dentre os problemas estruturais e pedagógicos mais apontados pelos documentos oficiais encontramos a ausência de sala de aula na região ou a melhorias dos prédios em condições imprestáveis – em muitas vezes sendo reivindicada ou tendo auxílio da própria população. Além disso, a falta de professores e falta de didática, falta de material didático e ambiente adequado às aulas. Os documentos elencados para pesquisa foram de inspeções realizadas em escolas de Rio Grande, da região da Linha do Matadouro, Ilha dos Marinheiros: Cancha da Aguada e Marambaia.

Em documento datado de 30 de dezembro de 1929, há uma reivindicação, através de um abaixo assinado, para a Intendência e Inspeção Escolar, de professor para lecionar para crianças carentes em um prédio cedido por um centro espírita⁴, sendo o único fator de impedimento para início das aulas no referido local. Para os filhos de tais moradores não existia nenhuma aula próxima, o que dificultava a frequência.

⁴ O prédio do referido centro espírita era localizado a Rua Tiradentes nº496.

A falta de salas de aula para a população ter aula era um problema comum. Conforme documento de 21 de julho de 1930, havia a necessidade da instalação de um local na Linha do Matadouro para a população da região ter acesso ao ensino, já que não havia nenhuma sala de aula no local de fácil acesso aos que ali morassem. Em 07 de agosto do referido ano, novamente aparece nos relatórios às reclamações em relação à ausência de um estabelecimento de ensino. Pela não resolução da problemática falta de uma instituição de ensino na Linha do Matadouro, população se oferece para custear a construção do prédio.

Ainda no mesmo relatório, de 7 de agosto, apresentou os problemas estruturais da Sala de aula que havia no Marambaia estar em precárias condições, no entanto o relatório é contrário a reformas neste prédio devido ao custo e a tal prédio não ser de pertencimento do município. Já haviam sido feita reivindicações, no mesmo ano, para melhoria do prédio que “*com a aproximação do inverno, estes reparos se tornam mais precisos*”.

A referência dos relatórios da Inspeção Municipal em relação à região da Cancha da Aguada há uma diferença: por ser considerada a melhor da região e o prédio pertencer ao município houve maior interesse em repará-lo. O trecho a seguir demonstra a intencionalidade do documento:

“O excelente predio desta escola, de propriedade do Município necessitava reparos, (...) e assim, em companhia do eng. Álvaro Azevedo verificamos ser preciso o seguinte material, ficando a mão de obra graciosamente a cargo do marido da professora e do policia destacado no posto (...)”⁵

Mesmo o prédio estando em condições mais favoráveis que os demais citados, por ser de pertencimento do município, encontrou maiores facilidades para a compra dos materiais necessários para os reparos, mesmo assim, a mão de obra ficou sob responsabilidade de membros da comunidade em questão.

Assim, a Inspeção baseava-se no principio de “boa vontade” dos moradores, tendo uma oportunidade favorável para educação de base da população, com pouco ou nenhum gasto.

⁵ Relatório dirigido ao Sr. Intendente pela Inspeção Municipal em 7 de agosto de 1930.

Dentre as reivindicações mais incidentes nos documentos analisados, estavam a falta de sala de aula, falta de professor, infrequência escolar. A falta de um melhor atendimento das necessidades reivindicadas pela população demonstra o desinteresse governamental de solucionar tais problemas. A população, em muitas vezes subsidia construções de salas de aula, necessitando apenas de um educador para seus filhos.

Outro aspecto a ser ressaltado nas fontes é a ideário do professor da época. A diferença entre o bem e mal, do caminho a ser seguido pelo aluno é responsabilidade de seu “mestre”, o professor. Seu papel é ser o disciplinador, impor ordem. Assim, juntamente com toda a falta de estrutura, o aluno ainda necessita enfrentar um sistema educacional rígido.

Através de análise dos relatórios da Inspetoria da Escola Municipal são ressaltados melhoria do ambiente escolar, principalmente, reclamados pela da população, mas qual o fator de populações, sem acesso a educação, na maioria analfabeta, buscarem tais avanços. Uma possibilidade seria a melhoria das condições sociais, buscando na escola uma salvação.

No entanto, a precariedade do ambiente escolar aliado à falta de professores e ao descaso das autoridades que deixam, em muitas vezes, a solução de tais problemas nas mãos dos próprios moradores.

REFERÊNCIAS

HILSDORF, Maria Lúcia Spedo. *História da Educação Brasileira: leituras*. São Paulo: Thomson Learning, 2007.

NAGLE, Jorge. *Educação e Sociedade na Primeira República*. São Paulo: E.P.U., 1974.

NAGLE, Jorge. A educação na Primeira República. In. *O Brasil Republicano: Sociedade e instituições (1889-1930)*, Volume 2.. PINHEIRO, Paulo Sérgio; FAUSTO Boris (Direção) *História da Civilização Brasileira*; Vol. 9. 5ª Edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da Educação no Brasil (1930/1973)*. 8ª Edição. Petrópolis: Edit. Vozes, 1986.

Documentos relacionados à Educação, da Inspeção das Escolas Municipais, do ano de 1929 e 1930, encontrados no Arquivo Municipal do Rio Grande.